



Segunda-feira, 01 de março de 2021 às 11:14, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 2892144: DECRETO Nº 2680 2021

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Botuverá

MUNICÍPIO

Botuvera



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:2892144>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**DECRETO Nº 2680 2021.**

**ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE  
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE  
SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA  
INTERNACIONAL DECORRENTE DA  
INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO  
CORONAVÍRUS (SARS-COV-2).**

**O Prefeito Municipal de Botuverá**, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 73 da Lei Orgânica do Município, assim como em observância às disposições constantes da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

**CONSIDERANDO** os Decretos estaduais nº 1.168, de 24 de fevereiro de 2021; e nº 1.172, de 26 de fevereiro de 2021, ambos do Governo do Estado de Santa Catarina, que estabelecem, em caráter extraordinário, medidas de enfrentamento da Covid-19 em todo o território catarinense;

**CONSIDERANDO** que o art. 3º do Decreto estadual nº 1.168, de 24 de fevereiro de 2021, dispõe que *“Os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas mais restritivas do que as previstas neste Decreto, a fim de conter a contaminação e a propagação da COVID-19 em seus territórios”*;

**CONSIDERANDO** a contínua elevação da curva de contágio observada pelo monitoramento epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde, assim como os elevados níveis de ocupação da rede pública e privada de saúde;

**CONSIDERANDO** que a situação epidêmica atual do Município de Botuverá está classificada como de Risco Potencial Gravíssimo, levando em conta a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional, instituída pela Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à Covid-19, do Governo do Estado de Santa Catarina; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar-se a proteção da saúde pública, mediante medidas que possibilitem a diminuição de contágio da Covid-19.

## **DECRETA:**

**Art. 1º** Adicionalmente às disposições já definidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, ficam estabelecidas no Município de Botuverá, em caráter extraordinário, pelo período de 14 (catorze) dias, as seguintes medidas de enfrentamento da Covid-19:

I – Os supermercados, mercados, mercearias, açougues e peixarias deverão observar a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento) do estabelecimento, devendo haver controle fixo na entrada do estabelecimento, higienização dos carrinhos e cestas e uso, pelos clientes, de álcool gel na entrada e permitida apenas uma pessoa por família;

II – As agências bancárias e lotéricas deverão promover atendimento individual, bem como controle de acesso e monitoramento do distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, incluindo aquelas aguardando em filas fora da agência;

III – As academias de ginástica, musculação, natação e afins deverão observar ocupação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade do estabelecimento, sendo proibido seu funcionamento entre as 22h e as 6h, inclusive em finais de semana.

IV – Entre as 22h e as 06h, os restaurantes, lanchonetes, pizzarias, cafeterias, confeitarias, padarias, casas de chá e demais serviços de alimentação somente poderão funcionar através do sistema de entrega ou retirada no balcão, ressalvados os estabelecimentos na margem das rodovias;

V – Os bares, tabacarias e similares deverão observar ocupação máxima de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade do estabelecimento, proibido o acesso interno a partir das 22h, sendo permitido, a partir desse horário, o funcionamento através do sistema de entrega ou retirada no balcão;

VI – Entre as 22h e as 06h, fica proibido nas lojas de conveniência, inclusive em postos de combustíveis, o consumo no local de alimentos e bebidas;

VII – os salões de beleza, barbearias, manicures, pedicures, tatuadores, clínica de estética e afins somente poderão funcionar mediante agendamento e atendimento individual, sendo proibido o consumo de alimentos e bebidas no local; e

VIII – os velórios terão duração máxima de 4 (quatro) horas, limitando-se a permanecer apenas 10 (dez) pessoas por vez, mediante o uso de máscara e cumprimento da Nota Técnica Conjunta nº 025/2020 - DIVS/DIVE/SUV/SES/SC, sendo assim permitidos entre o horário das 06:00 às 18:00 horas, exclusivamente nas capelas mortuárias.

VIII – 1. Os funerais de óbitos decorrentes de COVID-19 ocorridos no intervalo de até 20 dias após o início dos sintomas, poderão ocorrer com duração de 2 (duas) horas, com urna (caixão) lacrado, seguindo as recomendações já descritas na Nota Técnica Conjunta nº 025/2020 - DIVS/DIVE/SUV/SES/SC.

VIII – 2. Os funerais de óbitos decorrentes de COVID-19, ocorridos após 21 dias ou mais do início dos sintomas, poderão ocorrer com duração de 2 (duas) horas, com urna (caixão) aberto, seguindo as recomendações já descritas na Nota Técnica Conjunta nº 025/2020 - DIVS/DIVE/SUV/SES/SC.

VIII – 3. Fica proibido o consumo de quaisquer alimentos e bebidas em velórios.

IX - a realização de missas e cultos em igrejas ou templos de qualquer culto, com 30% da capacidade condicionado ao cumprimento das regras dispostas na Portaria SES;

**Art. 2º** Ficam suspensos, pelo prazo de 14 (catorze) dias, os seguintes serviços ou atividades:

I – a prática de esportes coletivos recreativos e eventos culturais coletivos; bem como a prática de esportes individuais em espaços privados, inclusive canchas de bocha, mesas de jogos, passeios de bicicleta, motocicletas e demais veículos off-road, cavalgadas, downhill e similares;

II – bibliotecas, museus, cinemas e teatros;

III – parques, academias ao ar livre, locais públicos e praças públicas;

IV – provas de concurso público e processo seletivo simplificado, ressalvado para situações envolvendo a contratação de pessoal para suprir a demanda na área da saúde pública;

V - casas noturnas, boates, pubs, casas de shows e afins;

VI – eventos como congressos, seminários, palestras, feiras, exposições e afins;

VII - eventos sociais, como casamentos, aniversários, jantares, almoços e confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis, festas em residências, e afins;

VIII – eventos e competições esportivas privadas organizadas pela Fesporte e entidades que possuam Certificado de Registro de Entidade Esportiva (CRED);

IX – eventos, inclusive na modalidade *drive-in*, e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídos excursões e cursos presenciais, exceto on line.

**Art. 3º** Além das atividades e dos serviços suspensos conforme o disposto nesse Decreto, fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, em cumprimento às regras sanitárias emitidas pelo Estado de Santa Catarina e pelo Município de Botuverá.

**Art. 4º** As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

**Art. 5º** Deverão ser observadas as regras mais restritivas impostas por normas e atos expedidos pelos Governo Estadual e Federal.

**Art. 6º** O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro

de 1983, e no Código Sanitário Municipal, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

§ 1º As pessoas naturais ou jurídicas que descumprirem as medidas de enfrentamento à COVID-19, sujeitar-se-ão à penalidade de multa no valor de R\$ 300,00 a R\$ 10.000,00 (Código Sanitário Municipal - Lei Complementar nº 31/2016, artigo 88), cujo montante será fixado pela autoridade sanitária municipal competente para a reprovação e prevenção da infração sanitária, de acordo:

I - com a gradação da infração;

II - circunstâncias agravantes e atenuantes;

III - gravidade do fato;

IV - antecedentes e capacidade econômica do infrator.

§ 2º A penalidade prescrita no caput deste artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições em contrário.

Botuverá, 01 de março de 2021

**ALCIR MERIZIO**  
**Prefeito Municipal**